

Cartas de redator e cartas de leitor: um estudo comparativo à luz da concepção de tradição discursiva¹

Aurea Zavam

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise comparativa entre a carta do redator e a carta do leitor, baseada em um *corpus* coletado em jornais cearenses dos séculos XIX e XX. O estudo apoia-se na proposta teórico-metodológica de Zavam (2009), que, fundamentada no conceito de tradição discursiva (TD), concebe duas dimensões de análise: a do contexto e a do texto. A primeira responde pelos aspectos de natureza social e histórica; e a segunda pelos aspectos de natureza linguística e discursiva e ainda aspectos ligados ao discurso gráfico (diagramação). Considerando propósito comunicativo e contexto sócio-histórico, são levantados e comparados traços linguístico-discursivos, encontrados na composição de cada TD.

Palavras-chave: análise de gêneros; tradições discursivas; gêneros jornalísticos.

Introdução

Recentemente, aliada a pesquisas que investigam os gêneros textuais, ganha cada vez mais corpo a vertente que se dedica a pesquisar o mesmo fenômeno sob uma perspectiva diacrônica. Os estudos diacrônicos buscam apreender o surgimento, bem como a evolução, de um gênero a partir de momentos determinados da história, como é o caso, por exemplo, das pesquisas pioneiras de Bazerman (1988), sobre artigo científico, e de Yates e Orlikowski (1992), sobre memorando.

O interesse por estudar o surgimento de um gênero e seu processo evolucionário atraiu (e vem atraindo) outros pesquisadores. No Brasil, podemos citar alguns deles. Pessoa (2002) estudou a trajetória do gênero carta, identificando as funções que esse gênero (que recebeu distintas denominações ao longo do tempo) adquiria nas sociedades por onde circulava, refazendo seu percurso da Antiguidade até os dias atuais. Gomes (2007) descreveu traços de permanência e vestígios de mudança de elementos linguísticos e não linguísticos em editoriais, vindo a reconstruir a história desse gênero no curso das práticas jornalísticas de Pernambuco. Castilho da Costa (2008), investigando o desenvolvimento diacrônico dos gêneros textuais em edições do jornal "A Província de São Paulo", apontou inter-relações entre esses gêneros e identificou-lhes regularidades textuais. Zavam (2009), assim como Gomes (2007), analisou editoriais de jornal, a fim de refazer a trajetória evolucionária desse gênero do

¹ ZAVAM, Aurea S. Cartas de redator e cartas de leitor: um estudo comparativo à luz da concepção de tradição discursiva. In: **VII Congresso Internacional da Abralín**, 2011, Curitiba. Abralín Curitiba 2011, 2011. p. 562-578.

discurso na imprensa cearense. Para tanto, traçou um caminho teórico-metodológico próprio (ao qual recorreremos neste trabalho), que permite identificar, no percurso histórico de um gênero, regularidades e inovações, tão características da dinamicidade e plasticidade desse tipo de evento comunicativo.

O fio que entrecruza essas pesquisas brasileiras é o conceito de tradição discursiva (sobre o qual discorreremos adiante), gestado no seio da filologia românica alemã e utilizado na descrição histórica das línguas. Os romanistas alemães, entre os quais destacamos Kabatek (2001), para compreender, sob um viés diacrônico, determinados fatos linguísticos, levam em consideração o contínuo processo de mudanças e permanências pelo qual passa(m) a(s) tradição(ões) discursiva(s) na(s) qual(is) esse fatos se materializa(va)m.

A fim, então, de contribuir com as investigações sobre gêneros nessa vertente diacrônica, este trabalho apresenta uma análise comparativa entre a carta do redator (ou editorial, como é conhecido nos nossos dias) e a carta do leitor. O *corpus* é constituído de editoriais e cartas de leitor, publicados em jornais editados e impressos no Estado do Ceará, nos séculos XIX e XX.

Para proceder ao relato da pesquisa, dividimos este trabalho em três partes. Na primeira, fazemos uma discussão sobre o conceito de tradição discursiva, relativamente novo e ainda pouco explorado em pesquisas brasileiras; na segunda, apresentamos, ainda de que forma resumida, a proposta teórico-metodológica que norteou a análise empreendida; na terceira, analisamos comparativamente a carta do redator e a carta do leitor, desde o século XIX, época de surgimento possibilitado pela inauguração da imprensa oficial do Brasil, ao século XX, período que registra a completa estabilidade, tanto de uma quanto de outra tradição discursiva. Por fim, retomamos alguns pontos-chave e tecemos nossas conclusões.

1 O conceito de tradição discursiva

O conceito de tradição discursiva (TD) nasce no âmbito da Linguística Histórica alemã, especificamente dentro da Linguística Românica, de feição pragmática. O termo (*Diskurstradition*), proposto por Peter Koch, em 1997, "para dar uma expressão conceitual à fundamentação histórica dos gêneros textuais" (ASCHENBERG, 2002, p. 157), e posteriormente adotado por Wulf Oesterreicher e Johannes Kabatek, entre outros romanistas alemães², deve sua inspiração seminal ao legado teórico de Eugenio Coseriu, mais especificamente às reflexões e propostas do linguista romeno para a interpretação da linguagem humana.

Coseriu, que vê a língua como atividade criadora, orientada por tradições linguísticas e atualizada em textos concretos, propõe três níveis de linguagem: o nível universal, o nível histórico e o nível individual, os quais responderiam pela atividade comunicativa realizada por indivíduos nas mais distintas situações de interação verbal.

Esses três níveis se fazem presentes sempre que alguém fala, isto é, sempre que um interlocutor se dirige a outro, com intenção comunicativa determinada. Assim, por exemplo, quando uma pessoa fala com outra, podemos perceber nessa ação o nível universal, pois os sujeitos envolvidos no ato comunicativo estão

² A respeito de trabalhos que vêm desenvolvendo-se no âmbito da Filologia Pragmática alemã, cf. López Serena, 2006.

fazendo uso de uma atividade comum a todos os homens – falar; o nível histórico, pois se falam o fazem valendo-se de um idioma, de uma língua atualizada historicamente; e o nível individual, já que o indivíduo que fala o faz diante de uma situação concreta e particular, configurada por um entorno sócio-histórico. Nesse sentido, falar significa recorrer ao tradicionalmente instituído, quer do ponto de vista do idioma, quer das sucessivas atualizações de uma mesma forma discursiva.

Para Coseriu, há certas formas fixas em uma língua cujo conteúdo não pode ser traduzido literalmente para outra língua, embora possuam o mesmo conteúdo, a mesma intenção comunicativa, como, por exemplo, os provérbios e as formas fixas de saudação. Esta constatação o leva a defender que, independentemente da língua, do sistema, com estrutura, gramática e léxico específicos, existem tradições textuais definidas. Desse modo, a tradição textual, a configuração que assume determinada intenção comunicativa realizada por meio de um texto específico, pode independe da tradição linguística, das construções oferecidas pela língua, e fixar-se em tradições do discurso, dos textos constituídos.

Essa distinção coseriana – tradição textual não corresponde necessariamente a tradição linguística – é fundamental para a maioria dos romanistas alemães e está, portanto, na base do que tem sido proposto pela Linguística Histórica, de feição pragmática.

Buscando articular a teoria de Coseriu com aspectos da Sociolinguística e da Pragmática, Brigitte Schlieben-Lange, que fora aluna do sociolinguista romeno, lançou, em 1983, um livro em que apresenta a proposta de uma Pragmática Histórica, cujas ideias se tornariam essenciais para o conceito de tradição discursiva, sendo a de maior alcance a que postula existir uma outra história além da história das línguas – a história dos textos.

Para Koch (1997), essas duas histórias – a dos textos e a das línguas – se encontrariam abrigadas no segundo nível – o histórico – de que falou Coseriu. Nesse sentido, na esteira das formulações de Coseriu e das reflexões de Schlieben-Lange, Koch propõe, então, a bipartição do nível histórico, acrescentando, ao lado da história da língua, a história das tradições discursivas. Assim, o nível histórico, agora bipartido, passaria a responder por duas dimensões: a língua como sistema (gramatical e lexical) e a tradição discursiva (textual).

Dessa forma, quando um indivíduo falante de língua portuguesa sabe, por exemplo, que, no idioma português, o artigo vem sempre antes do nome (e não o contrário), como em **O jardineiro podava as roseiras**, ele está se valendo de regras idiomáticas de uma língua histórica particular – a portuguesa; já quando esse mesmo falante, ao escrever, por exemplo, uma carta, inicia com a fórmula **Fortaleza, 5 de janeiro de 2009**, ele está recorrendo a regras discursivas, estabelecidas pelas semelhanças com outros textos de mesma finalidade – textos epistolares. Tanto um domínio quanto outro são historicamente determinados, e um, necessariamente, não pressupõe o outro, pois constituem saberes distintos.

Quando se afirma que um domínio pode ser independente em relação ao outro, isto é, as tradições linguísticas podem independe das tradições discursivas, não se está querendo propor que cada um seja regido por normas (regras) e tradições próprias totalmente autônomas. É evidente que um indivíduo, ao falar, não atualiza as regras de um só nível. Dessa forma, diante, por exemplo, do emprego da fórmula **Fortaleza, 5 de janeiro de 2009**, o falante faz uso também

de regras idiomáticas, entre elas a que assegura, por exemplo, a posição da preposição no enunciado. O que se pretende acentuar é que as regras idiomáticas por si só não dão conta das formas discursivas. Para proferir uma sentença judicial, elaborar um manual de instrução, compor um soneto, escrever um conto de fadas, manter uma conversa por telefone ou para fazer uma simples promessa, por exemplo, o falante recorre a normas e tradições que ultrapassam as regras idiomáticas; ele recorre, sobretudo, a uma outra dimensão histórica, a dimensão da história dos discursos.

Para os romanistas alemães, tradições discursivas dizem respeito, então, ao fato de um usuário de uma língua, diante de uma finalidade comunicativa, produzir seu discurso em conformidade com o já dito na sociedade, isto é, modelando-se por “tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, nas maneiras tradicionais de dizer ou de escrever” (KABATEK, 2003, p.3), ou como o autor mesmo diz mais adiante, reproduzindo-se suas próprias palavras, “falar não é somente dizer algo a alguém sobre as coisas de acordo com as regras de uma língua (seu sistema e norma), mas costuma ser, além disso, a realização de uma determinada tradição textual”(p. 4).

Em virtude de o conceito de TD vir ganhando cada vez mais espaço nos estudos da linguística românica, bem como nos da história do espanhol da América e do português do Brasil, Kabatek reconhece ser necessário oferecer maiores e mais detalhadas explicações sobre esse novo paradigma científico para poder melhor precisar seu campo e objeto de pesquisa e, assim, minimizar equívocos, teóricos e metodológicos, decorrentes de uma possível confusão terminológica. O linguista retoma, então, o contexto de surgimento do termo, bem como alguns conceitos a ele relacionados, e chega à seguinte definição:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou com qualquer elemento de conteúdo cuja repetição estabelece um laço de atualização e tradição, quer dizer, qualquer relação que se possa estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados (KABATEK, 2005, p. 159)³.

Quando chama atenção para o fato de uma TD adquirir valor de signo⁴ próprio, significável, Kabatek (2005, p. 157) pretende deixar claro que, assim como não é qualquer imagem acústica que constitui um signo linguístico, nem toda repetição de um elemento linguístico forma uma TD, como, por exemplo, a simples repetição de itens lexicais (artigos, preposições etc.) em vários enunciados; é preciso, pois, que haja uma combinação particular de uma série de elementos ou de uma forma textual, como uma saudação, por exemplo, para tornar possível a inserção de um texto na categoria TD. É preciso, assim, que essa combinação de

³ Kabatek, já demonstrando preocupação com a definição do termo, apresentara conceituação semelhante a esta (cf. KABATEK, 2003, 2004 on-line).

⁴ Somos cientes de que a noção de signo para nós, linguistas, dispensa maiores esclarecimentos, no entanto, a fim de não comprometermos nossa argumentação, retomamos as palavras de Coseriu (1980, p.60), a respeito da função signo: “a uma unidade de língua no plano da expressão [ou do significante], deve (em geral) corresponder uma unidade no plano do conteúdo [ou do significado] diferente das outras unidades da mesma língua; e a uma unidade de conteúdo deve (em princípio) corresponder uma unidade de expressão”.

elementos, uma vez evocada, requerida em uma situação concreta de interação verbal, produza efetivamente uma repetição e esta concretização produza significado. Chega-se, dessa forma, aos dois fatores definidores das TD: evocação e repetição.

A respeito da relação entre tradição discursiva e referência, Kabatek explica que, além do valor proposicional, uma TD também pressupõe uma referência a uma tradição concreta, pois uma TD, como "Bom dia!", por exemplo, não pode ser vista somente como saudação; trata-se também de uma referência a uma tradição dessa saudação concreta. Nesse sentido, afirma: "uma TD é *mais* que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação etc., mas também relaciona esse texto com outros textos da mesma tradição" (2005, p. 161 – grifo do autor). Kabatek vê, assim, a formação de uma TD a partir de formas textuais já existentes na língua, em um constante diálogo entre o que se diz e o que já foi dito.

No caso específico das TD com as quais trabalhamos nesta pesquisa, a carta de redator e a carta de leitor, como quaisquer outros gêneros, estabelecem relação com outras formas textuais presentes na memória discursiva da sociedade em que circulam.

É reconhecida, portanto, a contribuição que o conceito de TD empresta a esta nossa investigação e mais ainda aos estudos diacrônicos dos gêneros, ao resgatar o valor da Linguística Histórica, associando-a aos estudos das TD. Pretendemos, com esse posicionamento, reconhecer o fato de o termo tradição discursiva chamar a atenção para a historicidade dos gêneros, aspecto que queremos ressaltar em nosso estudo.

Trabalhar com o conceito de tradição discursiva não significa, por outro lado, ter já um aparato teórico-metodológico determinado para que análises possam ser desenvolvidas. O grupo de romanistas alemães tem recorrido a uma metodologia de trabalho baseada na teoria proposta pelo linguista alemão Wolfgang Raible (1992), conhecida como "Junktion", a fim de descrever procedimentos sintático-transfrástico e semântico no âmbito da língua. Como nosso interesse vai além da descrição desses procedimentos, apresentamos a seguir nossa proposta.

2 A proposta de análise diacrônica dos gêneros

Conceber o gênero como tradição discursiva significa não só aceitar que seja composto tanto por uma dimensão social, na qual se reconhecem a situação de interação entre os interlocutores bem como o contexto histórico que os circunda, como também por uma dimensão verbal, na qual se são flagrados os procedimentos linguísticos e textuais a serviço do intuito discursivo do locutor, pois, para essa concepção, são consideradas na descrição tanto informações sobre aspectos sócio-históricos quanto sobre os sujeitos nelas envolvidos, além da análise de elementos linguísticos. O gênero é, assim, compreendido dentro da situação de produção que o engendrou, isto é, dentro da sua intrincada rede de relações.

Tendo em vista tais condições, buscamos, em Zavam (2009), abrigo, do ponto de vista teórico-metodológico, categorias que respondam pelo contexto situacional em que o gênero surge ou se firma (como também pelo contexto que o engendra durante seu tempo de circulação), e pelo texto, isto é, pela materialidade

linguística, incluindo aspectos linguísticos e discursivos. Ao considerarmos as duas dimensões – contexto e texto – constitutivas dos gêneros, pretendemos contemplar uma abrangência maior do enunciado, atualizado em um gênero do discurso, vale dizer, em uma tradição discursiva.

Nossa proposta teórico-metodológica prevê, portanto, duas dimensões de análise. A primeira – contexto –, com três planos – *ambiência*, *interlocutores* e *finalidade* – cobre aspectos ligados ao entorno enunciativo; a segunda – texto –, também com três planos – *conteúdo*, *norma* e *forma* – dá conta de aspectos ligados à materialidade da enunciação, como podemos visualizar com a figura abaixo.

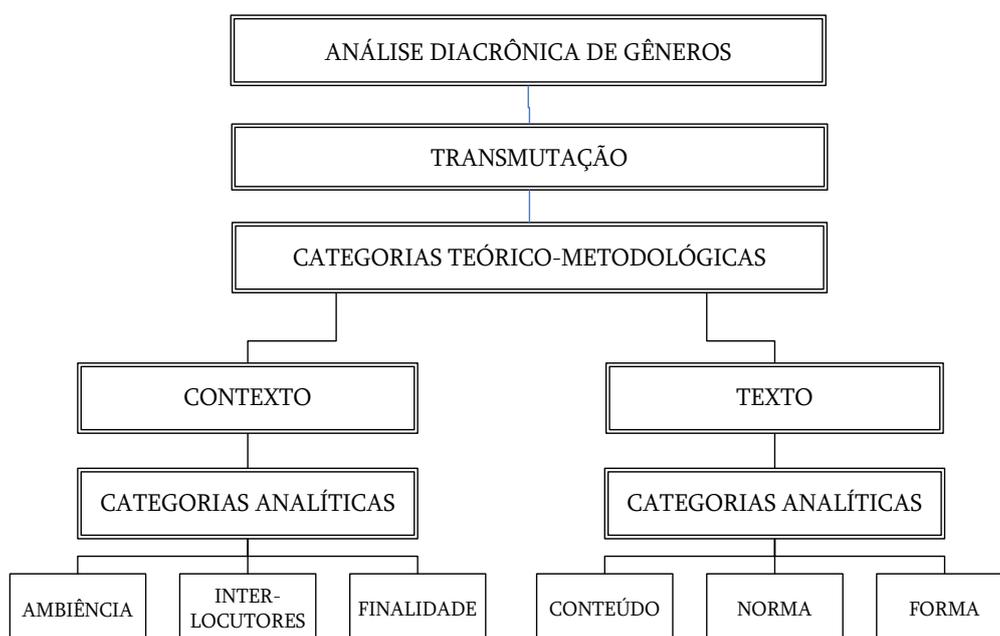


Fig. 1. Proposta teórico-metodológica para análise diacrônica de gêneros (ZAVAM, 2009)

Como trabalhamos com a análise de gêneros do ponto de vista diacrônico, de modo a dar conta das transformações pelas quais um gênero, por nós tomado como tradição discursiva, passa no curso de sua história, isto é, das manifestações iniciais ao seu reconhecido estabelecimento no curso das práticas discursivas de determinada esfera de comunicação, partimos, inicialmente, do que concebemos como a categoria maior – a transmutação. Procedemos dessa forma por reconhecermos o movimento de “reestruturação e renovação dos gêneros” (BAKHTIN, 2000, p. 286), decorrente do processo de contínua transformação a que está submetida a sociedade (os sujeitos) e conseqüentemente a língua, ou melhor, “os enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua” (BAKHTIN, 2000, p. 287).

A este processo de transmutação estão submetidos todos os gêneros, mesmo os mais inflexíveis, pois a sociedade muda, se transforma, assume novas configurações, e os gêneros do discurso, por sua vez, refletem e refrangem essas mudanças.

Dentro da primeira categoria teórica – contexto –, pretendemos nos voltar para “o lugar e o momento legítimos”, o “estatuto dos parceiros legítimos” e a “finalidade reconhecida”, de que fala Maingueneau (2001) para, então, cobrir informações sobre o tempo, relacionado ao aspecto histórico, e sobre o espaço, relacionado ao aspecto social, em seguida sobre o perfil social dos interlocutores e por último sobre o propósito comunicativo.

Com as categorias tempo e espaço, consideramos o contexto sócio-histórico em que os editoriais e cartas de leitor se inserem, focalizando, no caso dos textos do século XIX, especificamente a história político-social do Ceará e a história da imprensa cearense, por acreditarmos que os acontecimentos históricos se refletem tanto na língua quanto nas características textuais, seja qual for o gênero em questão.

Sabemos ainda que os sujeitos enunciativos quando se dirigem aos seus destinatários o fazem movidos por alguma intenção, o fazem movidos por algum propósito. Esse intuito discursivo, esse “querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*” (BAKHTIN, 2000, p. 301 – ênfase do autor), que, em contrapartida, atenda ao seu propósito. Por esse motivo, não vemos como deixar de considerar o propósito comunicativo a que os gêneros atendem.

A inclusão do propósito comunicativo, tal como concebido por Swales (1990), se deve ao fato, além do já mencionado acima, de contexto e propósito comunicativo guardarem uma estreita relação de imbricação. Ainda que não deva ser tomado como categoria central na definição de um gênero, o propósito comunicativo continua sendo, para quem busca compreender melhor as ações sociais corporificadas por meio verbal, um “critério privilegiado”, “um conceito viável e valioso”, como bem acentuam Askehave e Swales (2001).

Na primeira dimensão da análise – contexto –, buscamos proceder, então, à identificação e caracterização dos redatores e dos leitores dos textos que compõem nosso *corpus*; à retomada da história dos jornais em que tais textos eram (são) veiculados, estabelecendo relação com os fatos sociais, históricos e políticos pelos quais passou o estado do Ceará nesses dois últimos séculos, e reconstruindo conseqüentemente o quadro espaço-temporal; e ainda ao reconhecimento do(s) propósito(s) comunicativo(s) dos textos caracterizados como carta do redator ou editorial. Estamos, assim, identificando quem eram os redatores leitores, em que condições e circunstâncias interagiam e o que pretendiam nessa interação.

Com a segunda dimensão da análise – texto –, pretendemos dar conta de aspectos linguísticos e discursivos não contemplados na primeira dimensão, tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo, por acreditarmos que um não pode ser separado do outro. Nesse sentido, nossa análise, nessa dimensão, se vale de três instâncias – *conteúdo*, *norma* e *forma* – buscando cobrir, assim, outros elementos que entram na composição de um gênero.

Quando falamos de conteúdo, estamos nos referindo ao tópico por vê-lo como um elemento central do discurso, em torno do qual os interlocutores envolvidos no ato comunicativo interagem e se manifestam verbalmente. Para identificarmos, em cada texto do *corpus*, o tópico discursivo, nos apoiamos nos critérios de centralidade e organicidade, apontadas por Jubran (2006) como as duas propriedades que particularizam o tópico.

Com a proposta da segunda instância – a da *norma* –, pensamos cobrir padrões significativos, isto é, comportamentos linguísticos e discursivos mais previsíveis e recorrentes, no gênero em estudo.

Empregamos o termo *norma* com o mesmo sentido atribuído por Coseriu (1967), no conhecido ensaio *Sistema, norma y habla*. O conceito de norma surgiu da observação de que nas línguas não há elementos que sejam únicos ou ocasionais, mas sociais, isto é, normais, repetidos na fala dos usuários dentro de uma comunidade sócio-linguístico-cultural. A norma, realização coletiva, repetição de modelos anteriores, está, portanto, associada à tradição e à cultura. Ser vista como tradição social e cultural implica obedecer a certas imposições contextuais. Embora represente as obrigações impostas, para Coseriu, a norma de que fala não seria a norma prescritiva das gramáticas, mas a norma social, aquela que diz respeito ao que é previsível e regular nos usos, ou seja, aquilo que é utilizado pelos falantes com regularidade.

Como pretendemos, neste trabalho, contemplar aspectos discursivos, elegemos, nessa instância, uma estratégia que se revela particularmente produtiva nas TD que estamos analisando, por ser o elemento que as distingue: a autoria, de que fala Alves Filho (2006).

No terceiro e último plano dessa segunda dimensão da análise – o da *forma* –, ainda para cobrir o todo que constitui a escritura de um texto, voltamos nossa atenção para o seu suporte material, para o discurso gráfico.

Reconhecendo, portanto, que a forma como um texto se apresenta age sobre os esquemas que o leitor aciona para (re)construir os seus sentidos e que essa mesma forma constitui e é constituída pelo gênero em que se apresenta, focalizamos elementos abrigados sob o rótulo “aspectos formais” (“paratexto”, na terminologia adotada por Maingueneau (2001, p. 81), como título, intertítulo e a própria rubrica “Editorial” ou “Cartas do leitor”, quando houver; a extensão e a localização (no caso a topografia) no corpo do jornal.

Ainda que reconheçamos as acentuadas diferenças gráficas (ortografia, por exemplo), assim como as de natureza gramatical (colocação pronominal, por exemplo), que são percebidas em gêneros quando tomados de uma sincronia passada, não as tomaremos, em nossa investigação, como categorias de análise, pois nosso intento maior é estudar a tradição discursiva em si, e não propriamente a língua, ainda que o estudo desta não prescindia a consideração por aquela. Procedemos dessa forma porque traçamos outros objetivos, anteriormente apontados, o que não impede que estudos dessa ordem possam ser acrescentados a nossa proposta.

3 A análise comparativa entre carta de redator e carta de leitor

A fim de sistematizar os resultados encontrados, apresentamos, para cada categoria de análise de cada uma das dimensões, um quadro em que apontamos as principais diferenças percebidas. Desse modo, mostramos a forma como determinada categoria se manifestava na materialidade textual no século XIX contrapondo-a a sua manifestação no século XX. Como pano de fundo a constituir o

editorial e a carta do leitor, o contexto sócio-histórico esteve na base de toda a análise que fizemos, por isso inicialmente recorreremos a ele para melhor compreender os vestígios de mudança e traços de permanência identificados nessas duas TD no percurso desses dois séculos.

No século XIX, fase em que os jornais cearenses existiam eminentemente em função de partidos políticos, praticamente não se desenvolveram o caráter noticioso nem o comercial da imprensa. Os redatores eram geralmente chefes partidários e/ou representantes das oligarquias que dialogavam com seus pares. Comentando o alcance das folhas na fase da imprensa partidária, Nobre (1974, p. 17) afirma que, devido ao seu caráter político, os jornais eram lidos “nos recantos extremos da Província, onde quer que houvesse um liberal ou um conservador, conforme o caso”.

Por outro lado, a partir da segunda metade do século XIX, uma nova feição do jornalismo começou a ser desenhada. Disputavam espaço com as folhas partidárias (*O Cearense, A Constituição, O Norte, A Ordem*), outros jornais cujos interesses não se limitavam à esfera política. Assim, vimos surgir periódicos movidos por outras causas, como a literária (*A Estrella, A Consciência, Sobralense, O Colossal*), a religiosa (*A Verdade*), e ainda aqueles que aliavam a defesa de interesses da parcela marginalizada da população à motivação política (*O Retirante, Echo do Povo*).

Contudo esse novo desenho cenográfico, não chegou a ameaçar a soberania dos jornais políticos. A crise e a conseqüente decadência dessa tradição do jornalismo cearense vieram com a mudança de regime, ocorrida em 1889, resultado da instauração da República.

A entrada no novo século marcou uma nova fase no jornalismo: a imprensa, antes sustentada por partidos políticos ou pelo envolvimento de alguns empreendedores particulares, passou a empresa. Com essa mudança de paradigma, o noticiário, impulsionado pelos acontecimentos mundiais em torno da Primeira Guerra Mundial, (1914-1918) e a publicidade, indispensável à necessidade de cobrir despesas com a produção e circulação do jornal, conquistaram o espaço jornalístico. O editorial, por exemplo, nesse novo quadro, deixa as primeiras páginas, ocupadas por notícias, e se fixa definitivamente nas páginas internas, de lá só saindo em situação muito excepcional.

A recente industrialização da imprensa associada ao grande avanço mundial da tecnologia na época impôs um novo padrão ao jornalismo. Copiando o modelo de imprensa dos Estados Unidos e da Europa, as novas empresas jornalísticas começaram a importar modernos equipamentos para os seus parques gráficos, e os jornais passaram a ser impressos em folhas de tamanho grande, abandonando o formato tabloide. Os redatores, por sua vez, que, até o início do século XX, escreviam à mão, começaram a dispor de máquinas de escrever. Toda essa revolução implicou inevitavelmente algumas mudanças, principalmente as que se revelaram no propósito comunicativo, no conteúdo e na diagramação.

A consequência direta desse avanço empresarial foi a “despolitização” dos jornais, o que provocou a diminuição de jornais interioranos. Sem os chefes políticos que assinavam e assim mantinham os órgãos dos respectivos partidos, a imprensa viu-se reduzida. Os jornais religiosos e literários praticamente desaparecem e sobrevivem apenas os noticiosos; por sua vez, as notícias sobre as

atividades do governo passaram a ser divulgadas por órgãos específicos vinculados ao poder estadual ou municipal, conforme o caso.

Uma vez situado o contexto em que foram produzidas e circularam a carta do redator e a carta do leitor, bem como apontadas algumas das transformações dele decorrentes, passamos agora aos quadros esquemáticos, com o objetivo de sintetizar as observações mais pontuais.

3.1 Da primeira dimensão de análise: o contexto

a) ambiência

Quadro 1 – Aspectos da categoria ambiência no editorial e na carta do leitor por século

Ambiência	Século XIX	Século XX
Topografia	Editorial: Ocupava preferencialmente a primeira página.	Entrou no século XX mantendo essa posição, entretanto, a partir da segunda metade do século, passou a ocupar as páginas internas do jornal (2ª ou 3ª página). A exceção acontece no jornal <i>O Povo</i> , que, desde 1991, publica o editorial na 6ª página do caderno principal.
	Carta do leitor: Ocupa sistematicamente as páginas internas do jornal, embora em algumas edições da primeira metade do século XIX, possa ser encontrada na primeira página.	
Temporalidade	Editorial: É uma tradição discursiva que sempre foi veiculada em cada edição do jornal, salvo raras exceções. Assim, se o jornal era semanário, o editorial saía uma vez por semana; quando diário, um único exemplar por dia. Embora haja jornais brasileiros que publiquem mais de um editorial por edição, como é o caso do jornal <i>Folha de São Paulo</i> , por exemplo, essa prática não se verifica no jornalismo cearense.	
	Carta do leitor: Diferentemente do editorial, tem mais de um exemplar publicado por edição. No entanto, no período da ditadura militar, sua publicação era escassa.	

b) interlocutores

Quadro 2 – Aspectos da categoria interlocutores no editorial e na carta do leitor por século

Interlocutores	Século XIX	Século XX
Lugar	Editorial: Com a imprensa política, os partidos políticos e as instâncias oligárquicas ⁵	Com a industrialização da imprensa, a empresa (grupos econômicos)
	Carta do leitor: Instâncias particulares	
Papel social	Editorial: Dirigentes políticos e chefes oligárquicos	Representantes dos grupos econômicos
	Carta do leitor: Pessoas com ou sem reconhecimento social	

⁵ Tanto em um quanto em outro século, paralelamente a esses lugares reconhecidos, a voz é enunciada de outras instâncias que representam outros estratos da sociedade: grupos literários, religiosos, profissionais, dependendo do perfil do jornal. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, em função da nova feição do jornalismo e da drástica redução no número de jornais, a voz que emana do editorial passou a ser, acentuadamente, a da empresa, isto é, do(s) grupo(s) que manté(m) o jornal.

c) finalidade

Quadro 3 – Aspectos da categoria finalidade no editorial e na carta do leitor por século

Propósito comunicativo	Século XIX	Século XX
Geral	Editorial: Defender interesses de grupos políticos	Defender interesses de grupos empresariais ou institucionais
	Carta do leitor: Reclamar (assuntos pessoais ou coletivos)	
Subjacentes	Editorial e carta do leitor: Posicionar-se sobre assuntos da atualidade Criticar ou enaltecer atos do governo Defender interesses de grupos da sociedade civil Denunciar ou cobrar ações do poder público	

3.2 Da segunda dimensão de análise: o texto

As condições histórico-sociais perpassam ainda outros aspectos do gênero. Nesta seção, focalizamos a materialização do projeto de querer-dizer e as transformações que a materialidade textual permitiu apreender.

a) conteúdo

Quadro 4 – Aspectos da categoria conteúdo no editorial e na carta do leitor por século

Tópico discursivo	Século XIX	Século XX
Central	Editorial: Questões político-partidárias (mais acentuado no século XIX) Manifestação de opinião acerca de tema da atualidade (no século XIX só local e nacional; no século XX, também internacional)	
	Carta do leitor: Temas de interesse pessoal (mais acentuado no século XIX) ou nacional	

b) norma

Quadro 5 – Aspectos da categoria norma no editorial por século

Autoria	Século XIX	Século XX
Impessoalização (pessoa do discurso)	Primeira pessoa do plural	Primeira pessoa do plural Terceira pessoa do singular (menor ocorrência)
Institucionalização	Responsabilidade discursiva atribuída à instância que responde pelo jornal	Responsabilidade discursiva atribuída à instância que responde pela empresa

Ausência de assinatura	Raras vezes, com identificação do autor (iniciais)	A partir da terceira década, desaparecem traços biografizantes
Uso da variedade culta	A esfera a que pertence e o papel que desempenha o editorialista condicionam a variedade linguística	
Interação instituição/leitor	Formas linguísticas que subentendem a presença do leitor	
Coerência enunciativa	Enquadramento ideológico do jornal/instituição pelo leitor	
Ineditismo textual	Registro de um mesmo editorial publicado em mais de uma edição do mesmo jornal, ainda que raro	Publicação única

Quadro 6 – Aspectos da categoria norma na carta do leitor por século

Autoria	Século XIX	Século XX
Impessoalização (pessoa do discurso)	Primeira pessoa do singular	
Institucionalização	O enunciador fala em seu próprio nome	
Presença de assinatura	Identificação do enunciador	
Uso da variedade culta	A esfera a que pertence e o papel social que desempenha o enunciador condicionam a variedade linguística (registro formal ou semi-formal)	
Interação instituição/leitor	Interação pessoal direta	
Coerência enunciativa	Nem toda carta é publicada. No século XIX, costumava ser publicada integralmente; no século XX, sofre edição, cortes, podendo ser resumida ou mesmo parafraseada, para atender a limitações de espaço ou de direcionamento argumentativo	
Ineditismo textual	Publicação única	

c) forma

Quadro 8 – Aspectos da categoria forma no editorial por século

Elementos paratextuais	Século XIX	Século XX
Título	De facultativo passa a imprescindível no fim do século XIX	Parte constitutiva do gênero
Extensão/Disposição na página	Texto distribuído em mais de uma coluna, passando de uma página para outra	Em uma única coluna de uma única página
Compleitude	Não raro, continuava de uma edição para outra	Texto concluído em uma única edição
Nome da seção	Seção sem denominação específica	A partir do último quartel, em seção própria, nomeada e definida ("Opinião")

Outros elementos	Presença, ainda que rara, de nota de rodapé	Na última década, presença irregular de abertura e olho
------------------	---	---

Quadro 9 – Aspectos da categoria forma na carta do leitor por século

Elementos paratextuais	Século XIX	Século XX
Título	Elemento facultativo	
Extensão/Disposição na página	Texto distribuído em mais de uma coluna, passando de uma página para outra	Em uma única coluna de uma única página
Compleitude	Não raro, continuava de uma edição para outra	Texto concluído em uma única edição
Nome da seção	Ainda que em seção sem denominação específica, tinha espaço próprio	A partir do último quartel, em seção própria, com denominações variadas: Cartas, Cartas do Leitor, Cartas à Redação, entre outras
Outros elementos	Por ser publicada integralmente, apresentava data, vocativo e saudação	Ssobretudo a partir da segunda metade, por sofrer limitação de espaço, esses elementos são omitidos

A sistematização dos resultados, favorecida pela disposição em quadros, nos permitiu apresentar objetivamente as transformações pelas quais o editorial e a carta do leitor passaram no curso de sua história. Os resultados, possibilitados pelo estudo diacrônico, nos ajudaram a lançar um novo olhar para essas tradições discursivas do domínio jornalístico.

Considerações finais

Nossa análise permitiu evidenciar alguns aspectos que continuam a caracterizar o editorial; a carta do leitor dos jornais de grande circulação: as instâncias onde são produzidos (instituições/grupos políticos e econômicos; grupos social ao qual pertence o enunciador), o produtor (personagens com poder e/ou prestígio na sociedade; pessoas que vivem no Estado do Ceará), o interlocutor/leitor (políticos/classe social privilegiada; público a que o jornal se destina), o propósito comunicativo geral (manifestar publicamente posicionamento crítico; pedir, agradecer, reclamar), o conteúdo (assuntos de reconhecida relevância; assuntos de interesse coletivo ou pessoal), a topografia (lugar de destaque, mesmo tendo migrado da primeira página para páginas internas do jornal; seções fixas no interior do jornal) e o tipo de autoria (institucional; individual).

Esses aspectos caracterizadores, evidentemente, não se manifestaram sempre da mesma forma ao longo desses dois séculos. O estudo diacrônico contribuiu justamente para mostrar as transformações que se deram no interior de cada um desses aspectos, como as que observamos e apontamos. Contribuiu também para mostrar que uma característica, que hoje se apresenta tão marcada

em um gênero, é resultado de uma construção histórica. E, mais ainda, evidenciar que um aspecto caracterizador de um gênero nem sempre pode ter se manifestado da forma como a apreendemos em nosso tempo.

Ressaltamos, por fim, que a concepção de tradição discursiva pode ser aplicada ao estudo diacrônico de qualquer gênero discursivo. Reconhecidamente, o conceito de TD empresta uma contribuição relevante a investigações dessa natureza, pelo fato de possibilitar a compreensão de fenômenos de permanência e mudança ao longo da história de um gênero, num determinado contexto de uso.

Referências Bibliográficas

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, 50(1): 77-89, 2006.

ASCHENBERG, Heidi. Historische Textsortenlinguistik. Beobachtungen und Gedanken. In: DRESCHER, Martina. *Textsorten in romanischen Sprachvergleich*. Tübingen: Stauffenburg Verlag. S. 153-170, 2002.

ASKEHAVE, Inger; SWALES, John M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. *Applied Linguistics*, v.22, n.2, p. 195-212, 2001.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina G.G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAZERMAN, Charles. *Shaping written knowledge: the genre and activity of the experimental article in science*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

CASTILHO DA COSTA, Alessandra. Tradições discursivas em "A Província de São Paulo" (1875): gêneros textuais e sua constituição. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia et al. (Org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp04/03.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1967. p. 11-113.

_____. *Lições de lingüística geral* (edição revista e corrigida pelo autor). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

GOMES, Valéria S. *Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

JUBRAN, Clélia C. A. S. Tópico discursivo. In: _____; KOCH, Ingedore G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v.1. p. 89-132.

KABATEK, Johannes. Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, D.; KABATEK, J. (Ed.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana, 2001. p. 97-132.

_____. *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico*. Texto inédito apresentado no Seminário Nuevos enfoques en la lingüística histórica. Soria, Espanha, 7-11 jul. 2003. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. *Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas*. Jul. 2004. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis – Revista de Lingüística y Literatura*, v. 29, n.2, p. 151-177, 2005.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (Hrsg.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79.

LÓPEZ SERENA, Araceli. Teoría lingüística y lingüística histórica en sincronía y diacronía: aportaciones mutuas, en *Actas del V Congreso Andaluz de Lingüística General*. Homenaje al profesor José Andrés de Molina Redondo (Granada, 17-19 de noviembre de 2004), II, Granada: Granada Lingüística-Ediciones Método, p. 1037-1052, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

NOBRE, Geraldo da S. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974 (edição fac-similar).

PESSOA, Marlos B. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (Org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*, vol. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de LETRAS da UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 197-205.

SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

YATES, Joannes; ORLIKOWSKI, Wanda J. Genres of organizational communications: a structural approach to studying communication and media. *Academy of Management Science Review*. 17(2): 299-326, 1992.

ZAVAM, Aurea S. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornais*. 420f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.